



SOBRE A FILOSOFIA SOCIAL DE ALFRED SCHÜTZ: O COMEÇO DE SEU PENSAMENTO

Sobre la filosofía social de Alfred Schütz: el comienzo de su pensamiento.

LUCAS PISSETTE DE LIMA*
ADRIANO FURTADO HOLANDA**

On the social philosophy of Alfred Schütz: the beginning of his thought.

Resumo: A partir da leitura da obra de Alfred Schütz, o presente trabalho visa explorar o começo de sua filosofia social. Para tanto, é apresentado um breve panorama da vida de Schütz, bem como do contexto em que se inserem seus escritos. Como marco do começo do pensamento de Schütz, é apresentado no texto a obra Fenomenologia del mundo social (Der sinnhafte Aufbau der sozialen Welt, publicada originalmente em 1932). O livro é construído a partir do diálogo entre a sociologia compreensiva de Max Weber, mais especificamente sua teoria da ação social, e as filosofias de Henri Bergson e Edmund Husserl. Schütz (1972) parte de uma crítica à falta de sustentação filosófica de alguns conceitos de Weber, e busca em Bergson e Husserl tal sustentação. Desta proposta inicial, Schütz constitui uma possibilidade original de leitura de mundo.

Palavras-chave: Alfred Schütz; fenomenologia; filosofia; sociologia.

Abstract: From the reading of the work of Alfred Schütz, the present work aims to explore the beginning of his social philosophy. To this end, a brief overview of Schütz's life is presented, as well as the context in which his writings are inserted. As a milestone in the beginning of Schütz's thought, the text presents the work Fenomenología del mundo social (Der sinnhafte Aufbau der sozialen Welt, originally published in 1932). The book is built from the dialogue between Max Weber's comprehensive sociology, more specifically his theory of social action, and the philosophies of Henri Bergson and Edmund Husserl. Schütz (1972) starts from a critique of the lack of philosophical support of some of Weber's concepts and seeks such support in Bergson and Husserl. From this initial proposal, Schütz constitutes an original possibility of reading the world.

Keywords: Alfred Schütz; phenomenology; philosophy; sociology.

Resumen: A partir de la lectura de la obra de Alfred Schütz, el presente trabajo pretende explorar los inicios de su filosofía social. Para ello, se presenta una breve reseña de la vida de Schütz, así como el contexto en el que se insertan sus escritos. Como hito en el inicio del pensamiento de Schütz, el texto presenta la obra Fenomenología del mundo social (Der sinnhafte Aufbau der sozialen Welt, publicada originalmente en 1932). El libro se construye a partir del diálogo entre la sociología comprensiva de Max Weber, más específicamente su teoría de la acción social, y las filosofías de Henri Bergson y Edmund Husserl. Schütz (1972) parte de una crítica a la falta de apoyo filosófico de algunos de los conceptos de Weber, y busca ese apoyo en Bergson y Husserl. A partir de esta propuesta inicial, Schütz constituye una posibilidad original de leer el mundo.

Palabras-clave: Alfred Schütz; fenomenologia; filosofia; sociologia.

* Universidade Federal do Paraná, Email: lucas.pissette@ufpr.br. Orcid: <https://orcid.org/0009-0001-2870-5390>.

** Professor Associado da Universidade Federal do Paraná. Email: aholanda@yahoo.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7171-644X>.



Introdução

Há pouco mais de um ano, comecei a entrar em contato com os escritos de Alfred Schütz, pensador austríaco que nos legou uma rica, porém desafiadora, obra. Diante de tal contato, percebo o quão importante é o conhecimento de tal obra, pois as reflexões de Schütz abrem a possibilidade de uma leitura de mundo original. Tal leitura é dita original pelo fato, como indicam Wagner (1989; 2012) e Natanson (1970a) de que Schütz formulou como seu objetivo a fundamentação filosófica, a partir de Henri Bergson e Edmund Husserl, da sociologia compreensiva de Max Weber, mais especificamente sua teoria da ação social. Apresento neste trabalho, então, um breve histórico da vida de Schütz e seu livro *Fenomenología del mundo social*¹ (1972). Penso que tal apresentação é fundamental para um primeiro contato com o pensamento de Schütz, filósofo social que foi além, tanto da sociologia de Weber, quanto da fenomenologia de Husserl.

Antes de apresentar o histórico e a obra propostos, penso ser pertinente esclarecer a escolha de chamar Schütz de filósofo social, para que tal fato não seja entendido como meras arbitrariedade e vontade minhas. Também, a exposição se faz precisa para evidenciar que o termo aqui é dirigido especificamente à obra de Schütz.

Natanson (1970b) menciona que Schütz escreveu para ele, em sua cópia do livro *Der sinnhafte Aufbau der sozialen Welt*, a seguinte frase de Hume: “seja um filósofo; mas em meio a toda sua filosofia, seja ainda um homem”. Natanson acrescenta que Schütz era os dois. Em outro texto (Natanson, 1970a), ele expõe que não seria certo caracterizar Schütz nem como um filósofo bem familiarizado com a sociologia, nem como um sociólogo que conhece um bocado de filosofia. Sendo assim, para o autor, a leitura de Schütz é justamente o encontro da intencionalidade e da consciência interna do tempo com a ação social significativa e a tipificação, a construção de “tipos ideias”. A possibilidade desse encontro é o produto do livro em análise; é o que justifica, também, a leitura original – colocada por Schütz – de mundo: um mundo significativo, cuja significação é constituída socialmente. Como outra evidência de tal ponto, cito Wagner (1989) comentando sobre Schütz:

[...] a chave para compreender seu lugar único no movimento fenomenológico: ele não era um sociólogo weberiano nem um fenomenólogo husserliano nos sentidos usuais. O que ele tentou criar, mas foi incapaz de terminar no seu tempo de vida, foi uma síntese, ou talvez uma estrutura paralela verdadeiramente congruente, das seções fundamentais da sociologia de Weber e da fenomenologia de Husserl, ambas transformadas por ele para seu propósito [p. 71]².

Nesse trecho, quatro pontos são importantes de serem destacados. Primeiro, a caracterização de Schütz enquanto fenomenólogo é possível – fato que Natanson (1970a) corrobora – se mantivermos evidente que não é uma leitura de Husserl *strictu sensu*. Segundo, Wagner aponta uma hipótese de correção, qual seja, o pensamento de Schütz não é mera síntese entre sociologia weberiana e fenomenologia husserliana: pode ser considerado uma estrutura paralela de fato congruente, ou seja, o pensamento de Schütz, como também nos remete Natanson acima, é justamente o que ocorre entre a sociologia e a filosofia (como campo maior à fenomenologia), não sendo possível pender para um lado – por isso a terminologia “filósofo social”. Terceiro, Wagner aponta para as transformações que Schütz opera em relação aos dois pensamentos que serviram como sua base; isso, por si só, já aponta para uma leitura original que não se encerra nem na tradição weberiana, nem na husserliana. Quarto, Wagner não abordou, no que chamou de estrutura paralela, a filosofia de Bergson; é importante, portanto, ressaltar a impossibilidade de deixar de lado tal autor, principalmente por causa de sua conceituação da *durée*, “duração” e da “simultaneidade”, expostas abaixo. Contudo, antes de expor o conteúdo da obra *Fenomenología del mundo social*, exponho um pequeno histórico da vida e obra de Schütz, bem como um breve síntese do quadro epistemológico no qual a obra de Schütz pode ser contextualizada: tanto na filosofia, a partir da fenomenologia, quanto nas ciências humanas e sociais em geral, e na sociologia em particular.

Schütz: Vida e Obra

Alfred Schütz nasceu em 13 de abril de 1899, em Viena. Logo após completar seus estudos escolares, Schütz serviu ao exército austríaco em decorrência da Primeira Guerra Mundial (Dreher, 2011). Como foi veterano de guerra, seus estudos na Universidade de Viena, na área do direito, foram de dois anos e meio, tendo

¹ O título original do livro é “*Der sinnhafte Aufbau der sozialen Welt*”, que seria traduzido como “A construção significativa do mundo social”. Utilizei a tradução argentina, feita por Eduardo J. Prieto e publicada em 1972 pela editora Paidós. Esta é a versão disponibilizada na Biblioteca de Ciências Humanas da universidade. Em edições de língua inglesa, como pode ser percebido a partir do texto de Natanson (1970a), a tradução do título em alemão também é “*The Phenomenology of the social world*”. Tal tradução é interessante, pois aproxima mais Schütz do movimento fenomenológico, sem deixar de fazer referência ao “[mundo social]”, mundo este que Schütz se propôs a analisar. Ressalto, também, que há uma tradução brasileira, publicada pela editora Vozes em 2018, fato que era desconhecido por mim até o momento da entrega desse trabalho.

² As citações diretas dos textos em língua estrangeira foram traduzidas livremente.



em vista a participação em um programa de estudo acelerado (Dreher, 2011). Ao concluir seu doutorado em direito, com foco em direito internacional, ele se tornou, em 1921, secretário executivo na Associação Bancária Austríaca; em 1929, Schütz ingressa na Reitler Bank (Dreher, 2011).

Acrescente-se, ao exposto, a caracterização de Schütz feita por Husserl: ele era bancário de dia, e fenomenólogo à noite; tanto o contexto social, quanto intelectual de Viena na primeira metade do século, influenciaram para tal arranjo (Dreher, 2011). O contexto social foi marcado, nos anos 1920 e seguintes, pelo antissemitismo. Devido à sua ascendência judaica, é possível que Schütz tenha seguido essa dupla carreira, bancário e filósofo, uma vez que as regras da Universidade de Viena inviabilizavam o seguimento de apenas uma carreira universitária (Dreher, 2011). Em 1938, ano em que a Alemanha nazista invade a Áustria, Schütz e sua família deixam o país e buscam exílio em Paris; dezesseis meses depois, eles emigram para os Estados Unidos. Mesmo em exílio, Schütz continua com sua carreira de bancário, a fim de ajudar familiares e amigos que também emigraram para os Estados Unidos, por causa do nazismo (Dreher, 2011).

Com relação ao contexto intelectual da época, este marcou a aproximação de Schütz com os escritos de Weber e Husserl, bem como alguns outros autores, como Kant e Bergson. Weber desponta na Áustria principalmente após suas lições em Viena em 1918, alcançando importância e influência para os intelectuais austríacos (Dreher, 2011). Os escritos do sociólogo alemão, principalmente sua teoria da ação social, podem ser considerados a influência inicial para a obra de Schütz, sendo que este começa suas reflexões a partir de uma crítica a Weber: há ambiguidades e falta de alicerce filosófico e psicológico em seus conceitos fundamentais (Dreher, 2011; Wagner, 1989).

Assim, é interessante pontuar que Schütz, com seus estudos da filosofia de Bergson, tentou escrever um livro que desse conta de erigir a fundamentação filosófica que, em sua visão, faltava na obra de Weber, entretanto a tentativa foi malsucedida – acabada em 1928. Nesse cenário, com a ajuda de seu amigo Felix Kaufmann, Schütz estudou intensivamente a obra de Husserl, e ali encontrou o solo filosófico que procurara (Wagner, 1989; Dreher, 2011), mas ainda assim manteve-se com Bergson. Assim, em 1932, Schütz terminou de escrever seu livro *Der sinnhafte Aufbau der sozialen Welt* e mandou, então, uma cópia para Husserl, o qual reagiu positivamente à obra, afirmando que Schütz era um fenomenólogo sério e rigoroso (Wagner, 1989).

Logo após a publicação de seu livro, a única publicação feita no período em que vivia na Europa (Wagner, 2012), Schütz teve oportunidades de visitar pessoalmente Husserl em virtude de suas viagens a negócios. Nestas viagens, Schütz conseguiu presenciar o desenvolvimento do último projeto de Husserl: os quatro volumes dos estudos da *Krisis* (Wagner, 1989). Aqui novamente é marcada a divisão de Schütz em relação aos seus dois ofícios: ele nega o convite de Husserl para ser seu assistente, por causa de outras obrigações (Wagner, 2012).

Além, então, da publicação de seu livro, Schütz publica mais de trinta artigos, todos durante sua carreira nos Estados Unidos. Entre 1962 e 1966 são constituídas as coletâneas de tais textos, publicados a partir de 1940, os *Collected Papers*. Esses escritos são marcados por sua diversidade: explicitação da fenomenologia husserliana; pontuações sobre seu pensamento; pontuações também sobre reflexões de outros autores (vários dos quais contribuíram para Schütz aprofundar seu pensamento)³. Tal corpo de textos se deve ao fato da tentativa de conciliar seu exigente cargo administrativo com sua negação de manter-se, intelectualmente, em pleno silêncio (Wagner, 2012). Diante do volume de publicações feitas por Schütz ao longo de aproximados 20 anos, resalto o que Natanson (1970a) afirma: Schütz, em sua carreira intelectual, foi uma figura importante para, tanto o movimento filosófico nas ciências sociais, quanto para a divulgação da fenomenologia em solo americano, mais especificadamente, nos Estados Unidos.

Apenas em seus últimos dois anos e meio de vida, Schütz não exerceu cargos comerciais (Wagner, 1989). Quase passado um quarto de século, Schütz começa a esboçar um segundo livro, cujo título é *Die Strukturen der Lebenswelt* (As estruturas do mundo-da-vida), para que fosse uma reunião de anos de pesquisa e aprofundamento de suas investigações, como o caracterizou Wagner. A organização de tal tarefa, entretanto, passa para seu aluno, Thomas Luckmann, e o livro é publicado em 1973 (Luckmann, 2003). Alfred Schütz morreu precocemente em 20 de maio de 1959, devido a uma condição crônica cardíaca e outros problemas de saúde (Dreher, 2011).

Breve Síntese sobre o Quadro Epistemológico

A partir da leitura de Schütz, deparamo-nos com um quadro epistemológico⁴ que aponta para uma discussão⁵ nas ciências humanas e sociais, principalmente da sociologia, referente tanto a epistemologia, quanto a metodologia dessas ciências. Deparamo-nos com uma pergunta desafiadora, qual seja, como nos aproximar cientificamente dos fenômenos humanos e sociais que pretendemos estudar? A resposta a essa pergunta pode

³ Wagner (1989) cita alguns autores que realizaram alguma contribuição, entre eles, John Dewey, George H. Mead, Charles H. Cooley, William I. Thomas e William G. Summer. Tal exposição marca o desenvolvimento do pensamento de Schütz para além de seu livro publicado, sendo um campo para estudos posteriores.

⁴ Tal quadro epistemológico não é objeto do presente estudo, ainda assim, as referências colocadas nessa seção são possíveis começos para o debate que aqui cito, referente às diferenças tanto epistêmicas quanto metodológicas presente nas ciências humanas e sociais, especialmente na sociologia.

⁵ Ao comentar sobre essa discussão epistemológica, refiro-me a uma definição presente em Japiassu (1992;1994), a qual aponta que a epistemologia constitui uma forma de refletir sobre o conhecimento produzido cientificamente, não apenas em sua origem ou em seu fim, mas sobretudo em sua *démarche*, ou seja, em seu processo de constituição, localizando tal conhecimento em sua dimensão histórico-social.



nos dar diretrizes de como constituir conhecimentos científicos sobre tais fenômenos, e é a partir dessa pergunta que nos aproximamos de um debate que encontra suas raízes na disputa entre o positivismo francês e o historicismo alemão⁶ (Barros, 2012). Na sociologia, tal disputa é exemplificada pelas diferenças dos pensamentos de Émile Durkheim e Max Weber, sendo o primeiro herdeiro de algumas reflexões positivistas de Auguste Comte; o segundo, das reflexões historicistas e hermenêuticas do pensamento alemão, como, por exemplo, das reflexões de Wilhelm Dilthey (Domingues, 2004).

Diante dessa disputa, é possível localizar a obra de Schütz como continuadora da linhagem do historicismo alemão e da hermenêutica. Tal fato se dá, principalmente, pela influência da proposta compreensiva de Dilthey para as ciências “do espírito” presente em Weber, ainda que este também se aproxime da tradição racionalista (empírico-científica) da Escola de Baden (Cambi, 2021). Em Weber, esse conflito entre tradição compreensiva e racionalista se faz presente, por exemplo, ao abordar tanto a questão da compreensão do significado subjetivo “atribuído” a ações, quanto a questão da criação de tipos-ideias e a colocação da primazia por ações racionais (Cambi, 2012). Em Schütz (1972) tal conflito se coloca, por exemplo, no movimento de distinguir significado subjetivo e objetivo, contribuindo para a possibilidade de estudo científico das significações a que apontam os atores sociais.

Outro modo de abordar tal quadro, seria a via da fenomenologia, constituída por Husserl. Podemos caracterizar a fenomenologia como a busca pelo sentido das coisas, tanto físicas, quanto abstratas que se manifestam a nós; interrogarmo-nos sobre o que são as coisas que aparecem para a consciência (Ales Bello, 2006). Então, ainda segundo a autora, Husserl elabora um método para compreender tal sentido. Aqui, novamente vemos também a presença de Dilthey: existe uma confluência entre ele e Husserl, marcada sobretudo por uma proposta descritiva da esfera das vivências (Peres, 2014). Schütz (1972) como exposto abaixo, busca em Husserl o auxílio filosófico e metodológico para abordar a questão temporal da constituição de vivências significativas. Principalmente por causa desse aspecto, podemos localizar Schütz como integrante do “movimento fenomenológico”, termo proposto por Spiegelberg (1960) para designar a riqueza da fenomenologia, começada por Husserl e continuada de formas singulares por diversos autores, como Schütz.

Esse quadro epistemológico permite compreender outras duas nomenclaturas para o que eu chamei aqui de filosofia social de Schütz: Sociologia fenomenológica, presente, por exemplo, em Wagner (2012), e Fenomenologia Social, presente, por exemplo, em Capalbo (1979).

Panorama Geral da Obra

Para um panorama geral da obra, refiro-me à exposição de Natanson (1970a):

No seu foco histórico, *O Fenomenologia do mundo social* é uma tentativa de justificar e aprofundar a teoria da ação social de Max Weber, provendo para ela uma fundamentação filosófica que deriva de algumas das ideias centrais de Edmund Husserl e Henri Bergson. No seu aspecto sistemático, *O Fenomenologia*, é um esforço de estabelecer os contornos de uma concepção do significado cujo caráter constitutivo é fundado na realidade da consciência interna do tempo. Na sua dimensão programática, *O Fenomenologia* é um esboço de uma filosofia da realidade social, não simplesmente uma metodologia, mas uma anatomia da existência do ser humano junto àquelas pessoas que o acompanham no meio da vida cotidiana, dentro daquilo que Husserl chamou “atitude natural”. O eixo no qual esse movimento gira é a fenomenologia mesma, tomada como método e como modo filosófico de compreensão (p. 102).

A partir da exposição de Natanson (1970a) podemos observar a abrangência da obra *Fenomenologia* em seu movimento filosófico não apenas como uma mera contemplação do “ser humano em sua vida cotidiana”, mas como uma metodologia, tendo em vista que Schütz se dirige também aos cientistas sociais, e uma certa ontologia, como podemos ver nas palavras de Natanson ao afirmar que podemos localizar na obra uma “anatomia da existência do ser humano junto àquelas pessoas que o acompanham no meio da vida cotidiana” (p. 102). Entretanto, podemos adicionar que o eixo em que gira o movimento triplo que Natanson se refere não é apenas a fenomenologia ela mesma, mas também a filosofia da duração de Bergson, como ficará evidente na exposição do capítulo II.

Uma outra forma de se aproximar de um panorama geral da obra, fica evidente a partir da definição de Weber sobre a ação social:

Por “ação” entende-se, neste caso, um comportamento humano (tanto faz tratar-se de um fazer externo ou interno, de omitir ou permitir) sempre e na medida em que o agente ou os agentes o relacionem com um *sentido*⁷ subjetivo. Ação “social”, por sua vez, significa uma ação que, quanto a seu sentido visado pelo agente ou os agentes, se refere ao comportamento de *outros*, orientando-se por este em seu curso (Weber, 2014, p. 3).

⁶ Barros (2012) situa a diferença entre esses movimentos a partir da tese universalista de [homem] buscada pelo positivismo e da tese “perspectivista/individualista” (referente à constituição de [pontos de vista]) do historicismo alemão.

⁷ Aqui, sentido e significado serão entendidos como sinônimos. Penso que as diferenças de traduções apontam para a dificuldade mesmo de diferenciação dos termos.



Nesse sentido,

A ação social (incluindo omissão ou tolerância) orienta-se pelo comportamento de outros, seja este passado, presente ou esperado como futuro (vingança por ataques anteriores, defesa contra ataques presentes ou medidas de defesa contra ataques futuros. Os “outros” podem ser indivíduos e conhecidos ou uma multiplicidade indeterminada de pessoas completamente desconhecidas (Weber, 2014, p.14).

A partir da definição de Weber, Schütz (1972) tece sua crítica às ambiguidades dos termos, por exemplo, o que quer dizer “orientar-se pelo comportamento do outro”? Também, com relação ao termo “visado” – também utilizada a expressão “ao qual se aponta” – presente na definição, Schütz (1972) aponta, no mínimo dos sentidos: significado visado pelo ator da ação ou visado por algum observador, como um cientista social. Assim, o autor elabora três perguntas que o orientam em suas reflexões – algo que podemos perceber pelo decorrer da obra:

1. O que significa dizer que o ator atribui⁸ um significado a sua ação? 2. De que maneira se apresenta o eu do outro ao eu, como algo significativo? 3. De que maneira o eu compreende a conduta dos outros, a) em geral, b) em função do significado subjetivo dos outros? (Schütz, 1972, p. 47).

Segundo o autor, essas questões são referentes “ao nível em que o mundo social se constitui em atos da vida diária com os outros (isso é, atos nos quais se estabelecem e interpretam significados)” (Schütz, 1972, p. 47). Nesses dois trechos pode-se vincular os problemas filosóficos que o autor pretende responder ao domínio investigado para encontrar as respostas. Esse domínio, em início, é aquele da vida cotidiana, pré-científico. No percurso do livro, então, Schütz expôs como tais reflexões seriam a base para a metodologia própria das ciências sociais em geral, e da sociologia em particular, com os devidos critérios de uma atividade científica. Tal movimento é justificado, porque “a estrutura do mundo social é significativa não somente para quem vive nesse mundo, mas também para seus intérpretes cientistas” (Schütz, 1972, p. 39). A partir disso, podemos perceber que Schütz coloca como diferença entre o cientista e aquele que meramente vive no mundo social a maneira de aproximação e distanciamento de tal mundo, fato que ficará mais explícito ao longo da exposição dos capítulos.

Schütz fundamenta seu ponto de partida

Iniciando a exposição da obra *Fenomenología del mundo social*, no primeiro capítulo, nomeado “A formulação de nosso problema: os conceitos metodológicos de Max Weber”, Schütz (1972) esboça a justificativa para seu empreendimento filosófico. Tal justificativa se dá em dois eixos: a primeira, evidenciar a problemática em que se encontra a sociologia alemã de sua época; a segunda, reconhecer tal evidência especificamente na obra de Weber.

Com relação ao primeiro eixo, Schütz (1972) argumenta, a partir do panorama de Freyer (1930) sobre a sociologia alemã da época, que os pensadores de diferentes escolas partiram de pontos muito distintos e deixaram de lado os “processos de estabelecimento e de compreensão de significado que ocorrem dentro dos indivíduos, processos de interpretação da conduta de outras pessoas e processos de autointerpretação” (Schütz, 1972, p. 41). Seu livro é, em síntese, uma elucidação de tais processos, partindo dos pressupostos da sociologia compreensiva de Max Weber.

Contudo, é importante notar que Schütz (1972) reconheceu a validade da concepção de sociologia compreensiva trazida por Weber: em seus escritos, ele reconhece a função da sociologia em “interpretar as ações dos indivíduos no mundo social e a maneira com que esses dão significado aos fenômenos sociais” (p. 36). Ainda, Schütz (1972, p. 36-37) reconhece a validade da metodologia weberiana, que consiste na formulação de “certas frases gramaticais teóricas conhecidas como ‘tipos ideais’”. O conceito de tipos ideais é abordado com mais nitidez ao longo da obra, mas afirma já Schütz (1972, p. 37) como tal método é aquele que pode desvelar “a estrutura do mundo social como uma estrutura de significados intencionais e inteligíveis”.

Volta-se, então, ao pivô de toda a discussão de Schütz: o problema do significado. Se toda sociologia alemã deixou sem resolver tal problema, como Schütz pretende resolvê-lo? O autor faz o convite a uma “laboriosa viagem filosófica, pois a estrutura significativa do mundo social somente pode ser deduzida a partir das características mais primeiras e gerais da consciência” (Schütz, 1972, p. 42). A partir disso, reconhece-se dois pontos de suma importância para a compreensão da obra em análise. O primeiro – já mencionado neste texto – diz respeito a quem Schütz escolhe como guia nessa laboriosa viagem: Henri Bergson e Edmund Husserl. O segundo ponto diz respeito à justificativa da escolha de tais filósofos, e seu resultado: “o problema do significado é um problema temporal: não um problema de tempo físico, que é divisível e mensurável, senão um problema de tempo histórico” (Schütz, 1972, p.42, grifos do livro), assim, Schütz busca em Bergson e Husserl a descrição de como são constituídas vivências subjetivas, e como é possível acessá-las; como consequência, tem-se que: “a filosofia da duração de Bergson e a fenomenologia transcendental de Husserl fizeram, por fim, possível a

⁸ A tradução de Schütz (1972) difere da feita em Weber (2014), na primeira utilizou-se o verbo “atribuir”, na segunda “relacionar”. O teor da crítica de Schütz, entretanto, permanece: o significado não é algo já pronto que se atribui a, ou se relaciona com, uma nova vivência (ação).



solução dos enigmas do estabelecimento e a interpretação do significado” (Schütz, 1972, p. 42).

Schütz (1972) passa, então, a uma crítica do conceito de ação social de Weber. Como central na crítica, estão alguns conceitos como a diferença entre ação (um tipo específico de conduta que está em curso) e ato (um tipo específico de ação, uma já realizada). Também são elencados os múltiplos referenciais que o termo “significado” da ação pode ter: esses vão de um mero reconhecer a ação, ou ter consciência dela, até a compreensão do significado estudada pela sociologia, os contextos objetivos de significado. Outro ponto criticado são os dois usos diferentes da expressão “significado a que se aponta”, que remetem a uma dupla interpretação: o significado da ação para seu ator (subjetivo) e o significado objetivamente interpretado (pelo cientista social, por exemplo).

Voltando-nos à questão de “atribuir significado a um ato”, Schütz se antecipa: “o significado é uma certa maneira de dirigir o olhar para um aspecto de uma vivência que nos pertence” (1972, p. 71, grifos do livro). Schütz, ao longo de sua obra, sustentará que o significado não é meramente um predicado que se adiciona a uma vivência, nem uma vivência que ocorre em paralelo à significativa. Significado é, como podemos perceber por essa citação, um processo de reflexão acerca de uma vivência.

Schütz (1972), então, marca que o conceito de significado subjetivo pode ser abordado de duas formas: ou como conceito limitativo, principalmente às ciências sociais, se entender que o significado subjetivo pode ser apenas referido a algo que apontam outras pessoas, e assim o torna inacessível; ou como possível chave analítica, se for feita uma referência, a partir de indicações ou objetividades (como as palavras) constituídas por uma pessoa, à sua consciência. Essa é a temática do capítulo III, sobre compreensão intersubjetiva.

Schütz (1972) evidencia as questões fundamentais que tratará em outros capítulos. Uma última que menciono aqui diz respeito à divisão de mundos (tema do capítulo IV): mundo dos congêneres (aqueles a quem vivenciamos proximamente); dos contemporâneos (aqueles com quem compartilhamos apenas uma mesma temporalidade); dos predecessores (aqueles que vivenciaram o mundo antes de nós); e dos sucessores (aqueles que vivenciarão o mundo depois de nós).

Ressalto, aqui, que quando Schütz fala de “mundos”, isso não significa, de forma alguma, realidades ou universos paralelos, mas colocar a possibilidade das pessoas de se vivenciarem, compreenderem-se e “atuar entre si, de maneira recíproca, nos diferentes modos em questão” (Schütz, 1972, p. 173). Modos esses que serão caracterizados por Schütz como diretos ou indiretos, sendo que a maior parte desses mundos são vivenciados apenas indiretamente, por meio de artefatos, produtos criados, como ferramentas, instrumentos e signos. Feitos os delineamentos iniciais sobre a temática do livro e temas específicos abordados nos capítulos seguintes, partamos a eles.

Schütz aborda as filosofias de Bergson e Husserl

Nomeado “A constituição da vivência significativa na corrente de consciência de quem a constitui”, o segundo capítulo traz com mais detalhes a problemática da temporalidade, sendo esta a fundamentação da constituição que visa tratar o capítulo. Nele vemos algo central para todo o pensamento de Schütz: o recorte temporal que precisa ser feito no fluxo de vivências para que dele se extraia a unidade de análise, que é a ação significativa. Nesse capítulo percebemos a localização da filosofia social de Schütz no encontro entre Weber, Husserl e Bergson, sendo essas três contribuições indissociáveis para o começo de seu pensamento.

Comecemos, portanto, com Bergson. Schütz (1972, p. 75-ss.) extrai da filosofia bergsoniana a distinção entre “a corrente interna da *durée* (‘Duração)”, “um contínuo nascer e morrer de qualidades heterogêneas” e o “tempo homogêneo”, sendo que este carrega as qualidades de “especializado, quantificado e se torna descontínuo”. A caracterização da Duração enquanto fluxo/corrente é pertinente: “quando estou fundo na corrente de minha consciência, na minha Duração, não encontro, de nenhuma forma, alguma vivência nitidamente diferenciada. Em um momento uma vivência ganha vida e logo desvanece” (Schütz, 1972, p.77). Assim, a corrente da Duração é uma sucessão confusa de um Agora-e-assim ao seguinte, não sendo nítida a distinção entre o Agora-e-assim e seu predecessor; a única coisa que apreendemos com certeza desse fluxo, expõe Schütz, é que envelhecemos, experienciamos a passagem do tempo.

Essa “confusão” aparece como temática na obra e nela podemos compreender a tensão entre vida e pensamento; é nessa tensão que Schütz (1972), concordando com Bergson, afirma ser possível identificar a vida com a Duração, e o pensamento com a objetivação do tempo vívido da corrente. Assim, conclui-se que nossas vivências não existem já “isoladas”, divididas em unidades de análises, todas elas pertencem ao fluxo indiviso e indiferenciado de consciência de uma pessoa. Assim, a partir de Bergson e Husserl (ainda que este coloque a questão com outra terminologia), Schütz (1972, p. 77) afirma que “a consciência mesma da corrente da Duração pressupõe um voltar-se contra a corrente, uma classe especial de atitude dirigida contra essa corrente, uma ‘reflexão’”.

No trecho acima, está o princípio filosófico que culmina na possibilidade do estudo temporal da ação social significativa, seguindo a proposta da sociologia compreensiva de Weber. Esse princípio é a reflexão: um retorno às próprias vivências para compreendê-las. Para compreender tal proposição, ressaltar que é aqui que Schütz se volta a Husserl; é aqui que Schütz começa a tecer a teoria da ação social significativa com a fenomenologia.

Sendo assim, Schütz (1972) expõe três momentos da ação (como partes de uma vivência): 1) a ação en-



quanto puro projeto; 2) a ação como tal, começada e em curso de realização; e 3) a ação finalizada, um *fait accompli*, a qual Schütz denomina ato. Aqui conseguimos distinguir conduta de ação. Para Schütz (1972), a ação é um tipo específico de conduta, a qual é constituída a partir de um projeto. Com relação aos três momentos, o autor constrói seu raciocínio para entender como podemos estar conscientes da ação, e como podemos compreender essa sequência temporal. Para que os dois processos sejam possíveis, a intencionalidade é algo imprescindível.

Lembremos, portanto, que a consciência, para a fenomenologia, é direcionamento (Zahavi, 2003): o ato de amar, imaginar, julgar, não existe sem a referência ao objeto amado, imaginado ou julgado. Tal direcionamento é o que Husserl chama intencionalidade. A temporalidade é um tema importante, apesar de ter sido trabalhado apenas pelo “Husserl tardio”, para analisar a intencionalidade (Zahavi, 2003) por causa da seguinte pergunta: como identificar um objeto temporal, como a ação, que se estende no tempo?

É a partir dessas considerações que compreendemos que as três caracterizações de Schütz sobre a ação dizem respeito a um mesmo objeto, estendido no espaço: tal objeto apresenta múltiplos “perfis”, que são possíveis formas com que o objeto aparece em um instante para a consciência, mas é sintetizado em uma identidade (Sokolowski, 2012). Mas no caso de um objeto extenso temporalmente, não basta afirmar que perfis diferentes se referem ao mesmo objeto intencionado, é preciso compreender a passagem, por exemplo, do puro projeto até a ação em curso: mesmo com mudanças bem marcantes, o curso de uma ação continua sendo percebido como o mesmo curso, ao menos para esta ser considerada significativa.

Para exemplificar tal passagem, é interessante o recurso utilizado por Cerbone (2012) – com respeito à teoria da temporalidade husserliana: a vivência em que alguém escuta a Quinta Sinfonia de Beethoven. Como escutamos as notas de tal sinfonia? Escutamos cada nota por vez em uma sequência de substituições pontuais? Entenderemos que não é assim a partir da estrutura da consciência interna do tempo: impressão primária – retenção – protensão (Cerbone, 2012; Zahavi, 2003). A impressão primária seria equivalente a escutar a primeira nota da abertura da Sinfonia. Quando escutamos a segunda nota, a primeira nota é percebida como “recém soado”, isso significa, como afirma Cerbone (2012, p. 40), “que elas [as notas] ainda são experienciadas em um sentido, não como continuando a soar, mas como tendo recém-soado, ou seja, elas são experienciadas como evanescendo no passado”.

Sendo assim, é a retenção que “abre as portas” para a possibilidade da rememoração, não podendo as duas serem confundidas (Cerbone, 2012; Zahavi, 2003): a retenção é parte da estrutura da consciência, o lembrar ou a rememoração é um “chamar à mente”, expressão de Cerbone (2012). Entretanto, isso é apenas parte: falta a protensão. Esse termo diz respeito, utilizando outro termo de Cerbone (2012), às expectativas latentes que, de uma forma particular, intenciona para experiências futuras. Para entender essa “expectativa latente”, é interessante o exemplo de Cerbone (2012): ao escutar uma nota da Sinfonia que foi tocada errada, podemos rir ou desaprovar, tendo em vista essa “quebra” na experiência. A protensão, entretanto, não deve ser confundida com uma expectativa “assumida” – na qual é possível localizar um objeto “esperado”. Utilizando uma expressão recorrente na exposição de Schütz, a partir de Husserl, a protensão é de certa forma “vazia”, sem conteúdo específico.

Cabe, agora, retornar a Schütz e entender como ele faz uso dos conceitos de retenção e protensão, aliados àquilo que ele quer analisar: o processo de constituição de uma ação enquanto objeto intencional – que o autor chama de ato. Um objeto, portanto, que podemos nos dirigir a partir da reflexão e reconstituir seu significado.

Começamos, então, pelo que Schütz (1972) chamou “puro projeto”, nesse momento, começa-se por uma direção ao futuro. Tendo em vista um exemplo de Schütz (1972), sobre a ação “ir fechar a janela”, imaginemos alguém que está em uma sala com as janelas abertas e uma forte ventania começa. Logo, a pessoa começa a andar para fechar tal janela. Schütz mostra com esse exemplo, o modo gramatical com que o projeto se estabelece: de certa forma, ao projetar a ação “fechar a janela”, já nos orientamos para o fim da ação, ou seja, fantasiemos (termo usado por Schütz) a janela como já “tendo sido fechada”. Schütz chama tal estrutura “*modo futuri exacti*”, tempo futuro perfeito, ou seja, projetamos uma ação já concluída no futuro. Cito um exemplo com tal: “quando o prazo chegar, eu já terei enviado as cartas”. Podemos notar nesse exemplo, o que Schütz (1972) afirma sobre uma certa “nuance de passado” (*pretericidade*), havendo representação de passado e futuro.

Contudo, Schütz (1972), e ressalta esse ponto, faz uma importante ressalva: o grau de nitidez de tal projeto pode variar em uma escala de totalmente nítido a total/parcial opacidade. Seguindo, temos o curso da ação, nele o projeto ficará retido (no sentido fenomenológico – retenção), mas poderá ser evocado a qualquer momento da ação, e até após o ato, a ação concluída. No curso da ação, podemos, portanto, perceber o movimento da estrutura temporal: uma sequência fluída de impressões primárias, retenções e protensões. Nesse curso, as expectativas “vazias” (protensão) vão ganhando certo conteúdo e, durante ele, pode-se relacionar aquilo que se projetou como ato planejado e o que de fato está ocorrendo no Aqui-e-agora – momento presente. Como afirma Schütz (1972, p. 88): “o que era expectativa vazia para o ator, é expectativa completada ou não completada para aquele que recorda”. Ainda assim, em ambos os casos o caráter temporal futuro da expectativa, do projeto, é conservado.

Passando para a terceira parte da divisão feita por Schütz (1972) acima, tem-se o ato. Aqui retornamos



à possibilidade colocada anteriormente, sobre ser possível “nadar contra a corrente da Duração”, ou sobre ser possível que a consciência interna do tempo se constitua como objeto para si mesma (Zahavi, 2003). O que isso tem a ver com o ato? “O olhar reflexivo isola uma vivência transcorrida e a constitui como significativa” (Schütz, 1972, p. 100), ou seja, é pelo Ato de voltar-se para uma vivência transcorrida que podemos reconstituir seu significado: podemos reunir todos os momentos da ação em um só e, assim, dar-nos conta de um processo finalizado. Como no exemplo sobre “fechar a janela”, a partir desse retorno, poderia afirmar, por exemplo: “fechei a janela”, “a janela foi fechada por mim”.

Na obra, Schütz utiliza palavras como reflexão, memorização, para indicar esse movimento de síntese. Síntese, aqui, entendida – seguindo também Zahavi (2003), Cerbone (2012) e Sokolowski (2012) – enquanto a união de diferentes momentos como “perfis” de um mesmo objeto. Podemos agora afirmar que tal objeto é o ato, ação concluída. Tais palavras acima, também auxiliam a compreender o próximo ponto exposto por Schütz (1972): aquilo que Husserl chamou de “modificações atencionais”.

Para esboçar sua compreensão sobre atenção, Schütz, a partir de Husserl, coloca que existem graus diversos em que podemos nos atentar às nossas vivências, desde deixar passar batido até a plena compreensão. Novamente está-se diante da tensão entre vida e pensamento: “a atitude do Eu perante à vida – sua *attention à la vie* – determina, por sua vez, sua atitude perante o passado” (Schütz, 1972, p. 102, grifos do livro).

Schütz coloca a questão da atenção para analisar outra classe de problemas: “reconhecer a existência de configurações dentro de nossa vida consciente” (Schütz, 1972, p. 104). O autor passa a analisar, assim, como que os significados são organizados em tais configurações, ou contextos de significado, como Schütz as chama. Nisso, recordemos a “ordem” da ação que Schütz (1972) esboçou: 1) projeto; 2) ação – realização do projeto; 3) ato, aquilo que foi feito, ou ação completada; e 4) ato enquanto em si mesmo um contexto de significado – aquilo que dá unidade a realização de uma ação mediante o seu projeto. A quarta parte, seguindo as *Ideias* de Husserl, é o acréscimo de Schütz para compreendermos a noção de “estoque de conhecimento” e de “autointerpretação”.

Schütz, então, analisa que esses contextos de significado de experiências particulares vão se organizando em esquemas de interpretação: uma nova vivência é, então, interpretada a partir da parte disponível daquilo que “armazenamos”, totalidade a que Schütz chama de “estoque de conhecimento”. Com relação a autointerpretação, esse é um primeiro sentido da palavra interpretação, que indica um movimento de compreender nossas novas vivências a partir de nossos contextos já “bem estabelecidos”.

Assim, essa exposição do ordenamento de vivências diz respeito a uma “função especial” dos esquemas da experiência, essa função “se vincula com a constituição do significado específico de uma vivência, quando esta última cai sob o olhar da atenção” (Schütz, 1972, p. 112). A discussão sobre o ordenamento de vivências em diferentes esquemas culmina, assim, nas perguntas sobre o que o motivou

O tema final explorado no capítulo é, então, o contexto motivacional enquanto “contexto de significado próprio dos projetos” (Schütz, 1972, p. 115, grifos do livro). Tal contexto é dividido em dois: o “motivo-para” e o “motivo-porque”. Para analisar tais motivos, o autor elenca duas formas temporais gramaticais distintas com as quais se pode apreendê-los: em um caráter futuro, motivo-para; e em um caráter passado, motivo-porque.

Schütz (1972) caracteriza, então, o motivo-para em função de expectativas, ou antecipações, por isso seu caráter futuro. Se começar a chover, é possível abrir meu guarda-chuva para não me molhar. Agora, Schütz adverte que o caráter futuro não indica que a “meta final” esteja, estritamente no futuro, porque se “acabo de voltar de minha visita a meu amigo e me perguntam por que saí (...), posso responder ‘saí para ver A’” (Schütz, 1972, p. 118). Notemos que “ver A” é algo que acontece depois da saída, por isso ainda há a conservação do caráter futuro.

Para explicar, então, o motivo-porque – e Schütz (1972) o chama “explicação de fato” – o autor recorre novamente a um tempo verbal específico, qual seja, o tempo *plusquamperfekt* (tempo que se assemelha ao futuro mais-que-perfeito do português, trazendo a ideia de um evento que ocorreu antes de outro no passado). Segundo ele, “somente utilizando o tempo mais-que-perfeito, posso dizer algo acerca do verdadeiro ‘porque’ de uma vivência” (Schütz, 1972, p. 122). Utilizando novamente seu exemplo do guarda-chuva, poderia dizer “abri meu guarda, porque começara a chover”. Aqui, ressalto que Schütz recorre a tal tempo verbal, pois esse expressa um evento que ocorreu antes de outro no passado. Entretanto, no português, pode-se dizer “abri meu guarda-chuva, porque estava chovendo”, o tempo verbal é diferente, mas a ideia é a mesma: a chuva começou antes de eu abrir o guarda-chuva. Lembremos que o fundamental é, seguindo Schütz (1972), isto: o momento presente (o Aqui-e-Agora) que determina o modo como se dirige a atenção para que seja possível intencional o ato, ação já concluída, enquanto uma unidade coerente de análise.

Schütz explora o tema da intersubjetividade

Nomeado “Fundamentos de uma teoria da compreensão intersubjetiva”, o capítulo dá sequência à reflexão do capítulo II considerando agora o contexto em que o “eu” não é mais considerado em sua esfera solitária. Tendo em vista o caráter compartilhado do mundo, aquilo que é trazido no capítulo II é continuado deixando de lado o ponto de vista ao qual se refere estritamente à fenomenologia transcendental – principalmente o “eu transcendental” e o “outro eu transcendental”. Schütz (1972) busca realizar, então, uma análise do ser humano a partir do ponto de vista deste de sua vida cotidiana, na qual está imerso e dá a existência dos outros como “garantida”.

Assim, voltamos-nos a uma afirmação e uma problemática que Schütz aponta logo no início do capítulo.



A afirmação diz respeito àquilo que o autor chama de Tese geral do Eu do outro; tal tese, em síntese, indica que, ao percebermos o Eu do outro na atitude natural, percebemo-lo como alguém cujas consciência e vivência se estruturam de maneira similar a minha – estrutura que foi analisada no capítulo II. Aqui notamos, então a problemática: o mundo é ordenado significativamente para mim em minhas vivências, e isso é válido também para o outro, contudo tal significado só é, em princípio, acessível àquele que é “dono” de tais vivências significativas.

Para responder a essa problemática, Schütz recorre ao conceito de simultaneidade (sincronismo) de Bergson. Esse tema será importante, porque revela o modo como Schütz abordará as diferentes maneiras de se experienciar o mundo social. Examinemos algumas passagens que caracterizam o conceito de “Simultaneidade” – que provém de Bergson, e Schütz assim o explicita: “tu e eu somos, em um sentido específico, ‘simultâneos’, que ‘coexistimos’, que nossas respectivas correntes de consciência se intersectam. (...) Vejo, então, minha própria corrente de consciência e a tua em um só Ato intencional que abraça a ambas” (Schütz, 1972, p. 132).

Uma palavra importante, que é indiretamente mencionada no trecho, é a coexistência: não existimos sozinhos no mundo, e a obra de Schütz sempre nos remete a tal fato. Cabe aqui, frisar, contudo, que o autor faz um alerta de que a imagem que está usando – a intersecção de duas correntes – aqui é inadequada, tendo em vista que é espacial. Entretanto, deve-se relevar a beleza de tal metáfora, que tem consequências importantes – e isso principalmente no conceito de situação face a face, exposto no capítulo IV. Em um sentido mais adequado, temporalmente, Schütz afirma: “o que queremos dizer, então, com a palavra simultaneidade de duas Durações, ou correntes de consciência, é simplesmente isso: o fenômeno de *envelhecer juntos* (Schütz, 1972, p. 133, grifos do livro).

O conceito de simultaneidade também aparece nos modos distintos de experienciar o mundo social e aqui Schütz novamente se adianta: “posso localizar, imaginativamente, as mentes de pessoas de épocas pretéritas em uma quase-simultaneidade com a minha, compreendendo-as observacionalmente através de seus escritos, sua música, sua arte” (Schütz, 1972, p. 134). Entendemos nesse trecho a oposição que Schütz extrai dos conceitos, elaborados por Weber, de compreensão observacional e compreensão motivacional: a primeira é exercida nessa esfera da simultaneidade, quando estamos “atentos à vida”, para usar o termo de Bergson, e nos dirigimos ao outro e a suas ações; a segunda é exercida na esfera da reflexão, método que será usado, principalmente, na sociologia compreensiva, para que seja, compreendidos atos, ações já transcorridas, e constituídos os “tipos-ideais” (conceito abordado nos dois capítulos seguintes).

Schütz aborda, então, várias possibilidades que o termo “compreender” abarca, para chegar a uma aproximação do que seria uma compreensão genuína do outro. Antes dessa aproximação, Schütz dividirá sua exposição em dois cenários: uma pessoa que observa “um lenhador”, e duas pessoas que conversam em alemão. O critério para tal divisão é que na segunda situação existe algo a mais: o uso de signos e a intenção comunicativa.

Schütz (1972) argumenta que, em ambas as situações, não basta a interpretação das próprias vivências para a compreensão genuína. A partir delas vai-se além: direciona-se às “indicações” manifestas de vivências e significações do lenhador e da pessoa que fala alemão. Por exemplo, no caso da pessoa que fala alemão, não basta localizar as palavras em um esquema interpretativo geral, “a língua alemã”, mas é possível ir além a partir de perguntas como “o que a pessoa quis dizer?” ou “qual o significado para ela de tal palavra?”. Em ambos os casos, também, reconhecemos que as pessoas não estão “voando”, então localizamo-las em um contexto significativo. Por exemplo, se o lenhador estiver em casa, talvez nem seja um lenhador, só esteja cortando lenha para a lareira – Schütz (1972) indica tal ideia, mas é interessante notar que o exemplo já começa com tal signo “lenhador”; aqui o exercício de abandonar os pressupostos é importante.

Disso, é importante extrair um ótimo resumo que Schütz (1972, p. 145) dá para a compreensão intersubjetiva genuína: “devo ‘fazer meus’ todos os contextos de significado que constituem o sentido dessa ação, sobre a base de meu conhecimento passado dessa pessoa em particular”. Nesse exemplo, extraído de Weber, Schütz estava se referindo ao contexto de observar a pessoa cortando lenha. Contudo, coloca-nos, implicitamente, uma excelente pergunta: o que sei sobre aquela pessoa, ou pessoas, cujas ações pretendo compreender? Isso é algo que Schütz reiteradamente nos faz refletir: sobre a necessidade de investigar os “esquemas interpretativos e expressivos” daqueles que se pretende compreender, pois, se houver partes incompletas, correremos o risco de utilizar nosso próprio estoque de conhecimento. Isso é um perigo que Schütz alerta principalmente aos cientistas sociais (e outros leitores também).

Vamos agora aos termos que necessitam maior explanação, e para isso, Schütz recorre à diferenciação de ato expressivo e movimento expressivo. Schütz (1972) evidencia tal diferenciação apontando para o fato que apenas para o observador o movimento expressivo de outra pessoa tem significado, tendo em vista que a pessoa que “se movimentou”, no presente, não identificou a vivência, não a constituiu como significativa.

Como exemplo de movimento expressivo, Schütz (1972) expõe as expressões faciais. Ele argumenta que a compreensão de tal movimento, uma vez que aquele que o expressa não formulou um motivo-para, parte da simultaneidade: o observador atenta-se às vivências do tu como simultâneas às suas próprias e apreende a raiva. Isso é possível, também, pelo fato de o observador ter experienciado, de alguma forma (real ou imaginativa), expressões similares. Schütz (1972), entretanto, faz uma ressalva, porque qualquer conduta externa desse tipo pode ser uma mera encenação, por exemplo, e necessita-se de um contexto de significado maior. Um exemplo que o autor dá é



sobre alguém que finge “hipocritamente certos sentimentos para obter vantagem de nós” (Schütz, 1972, p. 147).

Partindo para os atos expressivos, a comunicação, Schütz expõe, inicialmente, a distinção entre “signos/símbolo” e “indicação/sintoma”. Para isso, recorre a Husserl (como citado por Schütz, 1972): indicação será um termo utilizado para designar algo que serve como motivo para a crença de outro algo, em uma relação puramente formal e geral, por exemplo, os movimentos corporais de alguém podem ser indicações de certas vivências subjetivas para quem os observa. Os signos, por sua vez, são representativos de algo a mais, porém guiados por esquemas interpretativos: “quando compreendemos um signo, não o interpretamos como por meio de um esquema adequado a ele como objeto externo, mas mediante esquemas que são adequados àquilo que ele significa” (Schütz, 1972, p. 148). Para entender tal afirmação, convide o leitor a pensar o que é isto: A.

Seguindo, Schütz (1972) busca responder como um signo pode significar algo, e aqui reside uma noção fundamental para a compreensão de sua exposição sobre a teoria dos signos: um signo só terá “significado objetivo’ dentro de seu sistema de signos quando puder ser coordenado de forma inteligível com o que designa dentro desse sistema, independente de quem o utilize ou o interprete” (Schütz, 1972, p. 152). A partir de tal afirmação, é pertinente explorar o que Schütz aponta como a distinção entre significado objetivo e subjetivo, conectando-os à distinção entre esquema expressivo e esquema interpretativo (ou significativo) do signo.

Assim como outras vivências, ao usar, aprender ou interpretar um signo, tais vivências serão acumuladas em esquemas. Esses esquemas podem ser tanto expressivos quanto interpretativos: podemos, por exemplo, planejar um ato expressivo, ou interpretar o ato expressivo de outra pessoa. Sobre isso, Schütz (1972) argumenta, ainda, que uma palavra sozinha, por exemplo, não pode ser totalmente compreendida, sem antes ter sido exposta a última palavra dita, no caso de um discurso, ou escrita, no caso de um livro.

Schütz (1972) retoma, finalizando a teoria do capítulo, que o intérprete de um produto – gestos, movimentos, instrumentos, ferramentas, signos: objetivações de atos – pode o inserir em um contexto subjetivo de significado, e então poderia refletir sobre o significado subjetivo de tal produto, ou pode o inserir em um contexto objetivo de significado, e assim, a reflexão passaria a, não levando em conta seu produtor, ser inserido em um contexto objetivo de significado. Schütz (1972, p. 167) dá um exemplo que se insere no Direito: há a possibilidade de interpretar uma lei de acordo com as proposições dos cânones, ou interroga-se sobre a “intenção do legislador”. A arte também é um exemplo citado: posso olhar uma pintura e interpretá-la localizando-a em uma “corrente artística”, ou interrogar-me acerca do que, por exemplo, o artista quis expressar.

Schütz apresenta as características da estrutura do mundo social

Nomeado “A estrutura do mundo social: o domínio da realidade social diretamente vivenciada, o dos contemporâneos e o dos predecessores”, o quarto capítulo é, principalmente, uma discussão sobre “as mudanças sofridas pelo estabelecimento de significado, pela interpretação de significado, pelo contexto motivacional e pela perspectiva de compreensão” (Schütz, 1972, p. 44) nos domínios citados no título do capítulo e no domínio dos sucessores – domínios que serão explicitados abaixo. Schütz ainda afirma que este é o núcleo central da sua obra. Para compreender tal divisão, Schütz (1972, p. 172, grifos do livro) construirá sua justificativa pela premissa: o “*domínio da relação social diretamente vivenciada*” é só um fragmento de toda a experiência possível do mundo social. Por isso, é apresentado, de início, uma compreensão desse primeiro domínio para que possamos compreender as mudanças sofridas na relação de uma pessoa com pessoas “localizadas” nos outros domínios – vivenciadas, então, indiretamente e com traços menos nítidos – em função daquilo que se expõe sobre o primeiro.

Para demonstrar as afirmações anteriores, Schütz se volta para o conceito de ação social, mais especificamente a noção de “orientação a conduta de outros”, exposta por Weber. Schütz irá marcar que seu ponto de partida são as “*vivências intencionais conscientes dirigidas para o Eu do outro*” (Schütz, 1972, p.174, grifos do livro). Esse início é importante para que se torne nítido que há possibilidade de “orientação a conduta de outros” não somente na ação social, como coloca Weber, mas também na conduta social. Dessa forma, é importante destacar uma reformulação: é preciso compreender que “orientação segundo a conduta do outro’ seja equivalente à nossa ‘tese geral do Eu do outro’. Em outras palavras, seria orientar-se segundo o fato que o *tu tem Duração*, que tem certas vivências e está consciente delas” (Schütz, 1972, p. 175, grifos do livro). Schütz chamará, então, essa orientação de “orientação-ao-outro”. Ainda, o autor cita um tipo específico de ação – o “*atuar-sobre-o-outro*” que consiste em, a partir de um projeto, ter como “motivo-para a produção de uma certa vivência consciente na outra pessoa” (Schütz, 1972, p. 177).

Como exemplificação de tais conceitos, o contexto comunicativo pressupõe tanto o atuar social quanto a orientação-ao-outro. Schütz (1972, p. 178) afirma que o componente “social” de uma ação é justamente a “atenção às vivências do outro em sua estrutura constitutiva”. Ao constituir uma pergunta, o projeto (e motivo-para), segundo a terminologia do autor, se volta, ainda que de forma vazia, à pessoa ter respondido tal pergunta após sua formulação. Da mesma forma, quando volto minha atenção a uma resposta que dei, localizo o motivo-porque no contexto em que meu interlocutor formulou a pergunta (“respondi à pergunta desse jeito, porque ele assim a formulara”).

Seguindo a exposição, Schütz dedica a continuação do capítulo aos diferentes “mundos” elencados mais acima. Começando pelo mundo da realidade social diretamente vivenciada, o mundo dos congêneres, é importante destacar que esse “mundo” é caracterizado pelo compartilhamento imediato de um mesmo tempo e de um mesmo espaço. Nesse cenário, então, Schütz (1972) passa a analisar a “situação face a face”. Nessa



relação, continua o autor, a “orientação-ao-outro” passa a receber o nome “orientação-ao-tu”, ao participante da relação. É nessa relação que há, com maior evidência, a simultaneidade: pode-se adotar então a perspectiva de “Nós”, se ambas as pessoas “coordenarem” suas vivências. Ressalto que é nessa situação que há a forma mais concreta de comunicação. Também, é interessante notar que, assim como na autorreflexão, existe a possibilidade de se refletir sobre essa “relação-Nós”, entretanto, Schütz (1972) argumenta que quanto mais reflexão houver, menos a relação será vivida, e, portanto, o “tu” se tornará cada vez mais apenas um objeto de pensamento.

Como uma primeira modificação de tal relação, Schütz expõe a “observação social direta”. Essa situação é marcada pela unilateralidade da “orientação-tu”, portanto o observador, simultaneamente às vivências do “tu” observado, fará interpretações baseadas nessas vivências que consegue captar “em um só olhar” e em seus próprios esquemas interpretativos. Schütz (1972) afirma que um critério para saber se a situação social é direta é a possibilidade de se fazer perguntas para confirmar as interpretações realizadas, entretanto adverte que, ao se iniciar a formulação de perguntas, o observador deixa de ser mero observador, e “ingressa” numa situação face a face.

Em ambas as situações diretamente vivenciadas, portanto, percebe-se a importância da discussão anterior – no capítulo III – sobre a forma genuína de compreensão, em que há a necessidade não somente de uma compreensão daquilo que se dá objetivamente, mas também de uma compreensão dos processos que ocorrem tanto na relação entre duas pessoas conversando, quanto na relação entre a pessoa observada e o contexto em que se insere. Tencionado, assim, aquilo que é percepção própria do que é indicação do contexto significativo do outro.

Schütz passa, então, a explorar a “passagem” da realidade social diretamente vivenciada para a indiretamente vivenciada. Em tal realidade, o primeiro “mundo” analisado é o mundo dos contemporâneos. Nele, há apenas o compartilhamento de um tempo comum. É a partir desse estudo que podemos compreender os conceitos de “anonimização” e os processos de tipificação que ocorrem na relação do ator com o mundo social. A tese central de Schütz (1972) se baseia no fato de que, quanto mais nos distanciamos de realidade social diretamente vivenciada, tanto maior será a nossa orientação ao mundo por meio de “tipos-ideias”, que vão se tornando cada vez menos “concretos”.

Para compreender tal argumento, Schütz distingue uma forma específica que um ator se dirige aos seus contemporâneos, que seria a “orientação-a-eles”. Tal nome evidencia o caráter impessoal daquele a quem me dirijo. Schütz (1972) exemplifica isso com o ato de mandar uma carta pelos correios: suponho que o “funcionário dos correios” enviará minha carta corretamente e que, assim, chegará ao destino. Aqui lembremos que “tipos-ideias” são construtos gramaticais, e assim, como aborda o autor, a forma da relação com os contemporâneos nunca será “pré-predicativa” (como na situação face a face): sempre será mediada por algum tipo.

Por meio de tal exemplo, pode-se analisar, também, a “anonimização”. Tal termo se refere ao fato de que, ao orientar-me por meio de um tipo-ideal, este nunca será referência a uma pessoa em específico, mas a alguém que “faz parte do eles” (Schütz, 1972) – faz referência a alguém que agiria como qualquer outro. Ao nos relacionarmos no mundo social, portanto, sempre haverá esse “jogo” entre reconhecimento e anonimato.

Para dar uma breve explicação do processo de construção e de reconhecimento do “tipo” e seus diferentes níveis de concretude, recorro a dois exemplos, a partir de Schütz (1972): posso me perguntar, como agiria meu amigo A nessa situação específica? A partir de tal pergunta e de meu conhecimento de A, construo uma certa “imagem” daquilo que, tipicamente, A faria ou penso que faria. Posso, também, perguntar-me o que decidirá amanhã a câmara de deputados estaduais? E aqui entram tipificações como: pensar o que decidiriam os “deputados de partido x”, até mesmo pensar em alguma pessoa específica, que entretanto posso nunca ter visto como “congêneres”. Nota-se aqui, como o primeiro exemplo é mais “concreto”, tendo em vista que já estive na presença de A, conheço-o e, assim, tenho mais conhecimentos que embasem a tipificação. O segundo exemplo, portanto, estaria mais próximo de um “tipo-ideal”, de uma pura abstração.

O outro “mundo” analisado é o dos predecessores, que faz referência àquelas pessoas que não mais podem ser consideradas congêneres. Tal definição remete ao que Schütz (1972) aponta: ao caráter fluido dos limites de tais mundos. Assim como alguém que estava numa situação diretamente vivenciada pode se tornar um contemporâneo, um contemporâneo pode se tornar predecessor. Com relação ao acesso a tal mundo, tem-se principalmente, a história, os objetos culturais (esculturas, monumentos, artes...), registros escritos, entre outros. Por meio de tais artefatos, podemos ser influenciados pelos predecessores, mas jamais atuar sobre eles.

Passando para o último “mundo”, o dos sucessores, Schütz (1972) afirma que podemos influir muito pouco sobre tal mundo e apenas elaborar conjecturas a respeito dele, antecipá-lo de maneira abstrata. O mundo dos predecessores é completamente determinado e acabado, comenta Schütz (1972), o atual é livre (dos congêneres) ou provável (dos contemporâneos), e o dos sucessores é indeterminável e indeterminado (aqui eu acrescentaria um parcialmente).

Schütz analisa potências e limitações da teoria

Nomeado “Alguns problemas da sociologia compreensiva”, Schütz expõe primeiramente um resumo do que foi exposto nos capítulos anteriores. Então, passa a discorrer sobre o problema do conhecimento nas ciências sociais, orientados pela observação social indireta. Nesse ponto, existe uma semelhança entre a postura do cientista social e aquela de uma pessoa que observa indiretamente o mundo de seus contempo-



râneos. Entretanto, Schütz (1972, p. 249) diferenciara o contexto total de conhecimento entre o cientista e a pessoa imersa no mundo social e coloca uma distinção fundamental: “nenhuma realidade social diretamente vivenciada é pré-dada a ciência social como tal”. O autor acrescenta que apenas o “mundo dos predecessores” é pré-dado à ciência social (há postulados anteriores ao cientista, que orientam sua prática). Ou seja, o cientista social se insere em um contexto científico que, em partes é já constituído, e ele não pode se valer somente de um conhecimento “intuitivo” da realidade. Tal argumento fica evidente quando Schütz (1972) distingue, a partir de Weber (1904), a diferença entre a psicologia científica e a psicologia do *Menschkenner* (observador intuitivo dos outros): Weber aponta que este observador baliza o conhecimento a partir daquilo que resulta pertinente para seus propósitos imediatos, obtendo um conhecimento parcial e superficial.

Para elucidar tal argumentação, Schütz (1972, p. 249) recorre a Husserl: “como este autor mostrou em seu *Lógica formal e transcendental*, todo juízo científico tem como meta o conhecimento do mundo com um máximo de clareza e distinção explícitas”. Schütz coloca aqui um problema a sua anterior afirmação acerca do conhecimento pré-dado do “mundo dos predecessores”, pois todo conhecimento, criado ou em criação pelo cientista, deve ser submetido a uma minuciosa análise para que haja validade do conhecimento. Ele cita, como exemplos de objetos de tal análise: juízos próprios do cientista, enquanto também é pessoa que vive no mundo social, juízos de outros, muitas vezes aceitados sem críticas. Coloco aqui, portanto, que cabe ao cientista fazer também uma crítica à tradição em que está inserido.

Schütz passa, então, a explicitar como é possível que ciências de contexto subjetivo de significado consigam representar cientificamente o mundo social. Como ele mesmo define: “*todas as ciências sociais são contextos objetivos de significado de contextos subjetivos de significado*” (Schütz, 1972, p. 268, grifos do livro). Isso significa, segundo o autor, que o conhecimento sistematizado das ciências sociais é indireto, mas faz referência àquilo que é possível apreender da realidade. Aqui podemos notar o movimento duplo da construção de “tipos-ideais”, porque são constituídos a partir de dados coletados no mundo social, direta ou indiretamente, mas são aplicados à realidade após constituídos, para poder ser analisada a validade do construto. Para conseguir analisar essa validade, Schütz (1972) discute o termo, abordado por Weber, chamado de adequação (causal ou de significado): a análise do construto feito pelo cientista social necessariamente precisa passar por tal processo, senão seria apenas uma tipificação do ser humano em sua vida cotidiana. O construto precisa (e essa é minha leitura) assim, ser adequado tanto a nível de significado – aquilo que o ato analisado representa em sua unidade –, quanto a nível de causa – na terminologia de Schütz, o construto deve identificar corretamente os motivo-para e motivo-porque.

Schütz finaliza com algumas considerações acerca de problemas não resolvidos pela sua teoria exposta no livro. Primeiro, faz uma consideração acerca dos limites fluidos entre a relação-Nós e relação-Eles: por exemplo, posso conversar com o maquinista de um trem a partir somente dessa orientação e na medida em que minha dúvida seja atendida; oriento-me, portanto, à “pessoa que responderá minha pergunta” e, depois, tal pessoa será mera contemporânea.

O segundo problema diz respeito à relevância (pertinência): responder como ocorre a seleção dos conteúdos dos projetos, por exemplo; compreender, em uma situação, como é selecionado um esquema interpretativo dentro de vários possíveis. E o terceiro problema elencado, diz respeito a uma questão irresoluta: como o tu é constituído como tal. Schütz (1972) coloca aqui a necessidade – e aponta que Husserl daria uma solução – de uma ontologia, sobre a base fenomenológica, do ser humano.

Considerações Finais

A título de conclusão, perguntei-me como seria uma forma concisa de resumir o livro *Fenomenologia*, em algumas palavras que dessem conta da profundidade das reflexões trazidas por Schütz. Ao reconhecer a quase impossibilidade de tal feito, pensei que seria melhor deixar, por meio de seus escritos, o próprio autor falar:

Ao viver no mundo, vivemos com outros e para outros e orientamos nossas vidas para eles. Ao vivenciá-los como *outros*, como contemporâneos e congêneres, como predecessores e sucessores, ao unir-nos com eles na atividade e no trabalho comum, influímos sobre eles e recebemos, por nossa vez, sua influência, ao fazermos todas essas coisas, *compreendemos* a conduta de outros e supomos que eles compreendem a nossa (Schütz, 1972, p. 39).

Schütz, como busquei retratar por meio da presente exposição, constituiu uma leitura original de mundo. A partir de tal leitura, um dos pontos-chaves que encontramos é a centralidade das atitudes de compreensão e interpretação que são empreendidas, não somente no meio da ciência, como também na esfera cotidiana da vida. Assim, o autor vienense nos deixa, como um de seus principais legados, a importância de refletirmos: como são orientadas hoje nossas atitudes de compreensão e interpretação, principalmente ao nos dirigirmos aos nossos semelhantes? Tal pergunta é uma possível justificativa para fazer presente as reflexões de Schütz, trazendo junto a ela as especificidades do tempo em que estamos inseridos, porque partirmos em nossas reflexões, como bem mostrou o autor, do mundo da vida cotidiana e de suas significações socialmente constituídas.

Referências



- Ales Bello, A. (2006). *Introdução à fenomenologia* (J. T. Garcia e M. Mahfoud, Trad.). Bauru: Edusc.
- Barros, J. D. (2012). *Historicismo: notas sobre um paradigma*. *Antíteses*, 5(9), pp. 391-419.
- Cambi, F. (2021). *Note sul "Verstehen": tra Dilthey e Weber*. *Studi sulla Formazione*, 24, pp. 89-96.
- Capalbo, C. (1979). *Metodologia das ciências sociais: a fenomenologia de Alfred Schütz*. Rio de Janeiro: Antares.
- Cerbone, D. R. (2012). *Fenomenologia*. (C. Souza, Trad.). Petrópolis: Vozes. [Edição digital].
- Domingues, I. (2004). *Epistemologia das ciências humanas, Tomo I: Positivismo e Hermenêutica, Durkheim e Weber*. São Paulo: Loyola.
- Dreher, J. (2011). Alfred Schütz. In G. Ritzer and J. Stepnisky (Ed), *The Wiley-Blackwell Companion to Major Social Theorists* (eds G. Ritzer and J. Stepnisky).
- Japiassu, H. (1992). *Introdução ao pensamento epistemológico*. (4ªed.). Rio de Janeiro: F. Alves.
- Japiassu, H. (1994). *Introdução às ciências humanas*. São Paulo: Letras & Letras.
- Luckmann, T. & Schütz, A. (2003). *Las estructuras del mundo de la vida* (N. Miguéz, trad). Buenos Aires: Amorrortu.
- Natanson, M. (1970a). Alfred Schütz on social reality and social science. In M. Natanson (Ed), *Phenomenology and social reality: essays in memory of Alfred Schütz* (pp. 101-119). The Hague: Martinus Nijhoff.
- Natanson, M. (1970b). Introduction. In M. Natanson (Ed), *Phenomenology and social reality: essays in memory of Alfred Schütz* (pp. IX-XI). The Hague: Martinus Nijhoff.
- Peres, S. P. (2014). *Husserl e o projeto descritiva e analítica em Dilthey*. *Memorandum*, v. 27, pp. 12-28.
- Schütz, A. (1972). *Fenomenología del mundo social* (E. J. Pietro, trad.). Buenos Aires: Paidós.
- Sokolowski, R. (2012). *Introdução à fenomenologia* (A. O. Moraes, trad.; 3ª ed.). Loyola jesuítas: São Paulo.
- Spiegelberg, H. (1960). *The Phenomenological Movement: a historical introduction. Volume I*. The Hague: Martinus Nijhoff.
- Wagner, H. T. R. (1989). The place of Alfred Schütz in phenomenology and his contribution to the phenomenological movement in North America. In E. F. Kaelin & C. Schrag (Eds). *American phenomenology: Origins and developments. Vol. XXVI* (pp. 60-71), Kluwer, Dordrecht.
- Wagner, H. T. R. (2012). Introdução: a abordagem fenomenológica da Sociologia (R. Weiss, trad.). In H. T. R. Wagner (Ed), *Sobre fenomenologia e relações sociais* (pp. 11-62). Petrópolis: Vozes.
- Weber, M. (2014). *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*, volume I (R. Barbosa & K. E. Barbbsosa, trad.). (4ª ed). Brasília: Universidade de Brasília.
- Zahavi, D. (2003). *Husserl's phenomenology*. Stanford University Press: Stanford.